

Demonstrações Financeiras

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório do Auditor Independente

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas a demonstrações financeiras.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gláucio Dutra da Silva'.

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.829.719	11.169.088
Concessionárias e permissionárias	7	1.879.955	-
Adiantamentos a fornecedores		137.221	21.978
Impostos a recuperar		621.812	559.695
Estoques		14.708	-
Ativo financeiro amortizável	8	12.714.278	10.929.538
Outros ativos circulantes		65.477	16.900
		32.263.170	22.697.199
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	1.653.870	-
Ativo financeiro amortizável	8	120.763.942	82.389.503
Outros ativos não circulantes		574.212	70.664
Imobilizado		150.958	-
		123.142.982	82.460.167
Total do ativo		155.406.152	105.157.366
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros		4.147.949	44.999
Fornecedores - partes relacionadas	16	6.339	5.557
Financiamentos - terceiros	9	3.954.529	-
Tributos e contribuições sociais		357.287	79.656
Taxas regulamentares		179.699	-
Dividendos propostos	11	54.598	54.598
Outros passivos circulantes		188.647	191.476
		8.889.048	376.286
Passivo não circulante			
Debêntures - partes relacionadas	9	-	56.381.067
Financiamentos - terceiros	9	62.506.791	-
Outras contas a pagar - partes relacionadas	16	13.069	18.615
Impostos diferidos	10	18.100.221	10.389.463
		80.620.081	66.789.145
Patrimônio líquido	12		
Capital social		78.618.000	48.618.000
Prejuízo acumulado		(12.720.977)	(10.626.065)
		65.897.023	37.991.935
Total do passivo		155.406.152	105.157.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	13	40.487.239	76.954.123
Custo da operação	14	<u>(31.142.745)</u>	<u>(80.520.875)</u>
Lucro/(prejuízo) bruto		9.344.494	(3.566.752)
Despesas gerais e administrativas		(1.860.867)	(1.123.984)
		<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro antes do resultado financeiro		7.483.627	(4.690.736)
Resultado financeiro	15	<u>(5.741.915)</u>	<u>(4.278.619)</u>
Receita financeira		1.254.468	1.304.272
Despesa financeira		(6.996.383)	(5.582.891)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>1.741.712</u>	<u>(8.969.355)</u>
Imposto de renda e contribuição social	16	<u>(3.836.624)</u>	<u>(1.717.055)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(2.094.912)</u>	<u>(10.686.410)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício	(2.094.912)	(10.686.410)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>(2.094.912)</u>	<u>(10.686.410)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de lucros		(Prejuízo) acumulado	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	6.001.000	(1.000)	5.748	54.598	-	6.060.346
Aumento de capital	42.617.000	(42.617.000)	-	-	-	-
Integralização de capital	-	42.618.000	-	-	-	42.618.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(10.686.411)	(10.686.411)
Absorção do prejuízo acumulado	-	-	(5.748)	(54.598)	60.346	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	48.618.000	-	-	-	(10.626.065)	37.991.935
Aumento de capital conforme AGE de 14 de dezembro de 2016	30.000.000	-	-	-	-	30.000.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.094.912)	(2.094.912)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	78.618.000	-	-	-	(12.720.977)	65.897.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro / (Prejuízo) do exercício antes dos impostos	1.741.712	(8.969.355)
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	5.658.521	5.492.167
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e Permissionárias	(1.879.955)	-
Ativo financeiro amortizável	(40.159.178)	(85.571.037)
Estoques	(14.708)	
Impostos a recuperar	(62.117)	(485.451)
Adiantamentos a fornecedores	(115.243)	(38.878)
Outros ativos	(557.670)	(66.764)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	4.103.731	(4.972)
Tributos e contribuições sociais	4.400.488	9.101.052
Taxas regulamentares	179.699	-
Impostos pagos	(248.723)	(468.675)
Juros pagos	(10.415.700)	-
Outros passivos	(2.830)	149.991
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(37.371.973)</u>	<u>(80.861.922)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(150.958)	-
Títulos e valores imobiliários	(1.653.870)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(1.804.828)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	30.000.000	42.617.000
Empréstimos captados	66.646.451	-
Empréstimos pagos	(51.809.019)	-
Debêntures captadas	-	30.329.560
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	<u>44.837.432</u>	<u>72.946.560</u>
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.660.631</u>	<u>(7.915.362)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>11.169.088</u>	<u>19.084.450</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>16.829.719</u>	<u>11.169.088</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

1. Informações gerais

A Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “MRTE”), foi constituída em 18 de novembro de 2013 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

Em 14 de novembro de 2013 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 007/2013 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$11.599.380 e deságio de 28% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 29 de janeiro de 2014.

O projeto da Companhia consiste na construção, operação e manutenção de uma subestação de 440/138 kV, localizada no município de Três Lagoas/MS e de duas linhas de transmissão, circuito duplo, 440 kV, de aproximadamente 5 km que interligará esta subestação ao ponto de conexão com o sistema elétrico, localizado no município de Castilho, estado de São Paulo.

A companhia recebeu do IBAMA, em 23 de setembro de 2014 a Licença Prévia nº 492/2014, relativa a SE Mal. Rondon 440/138 KV LT 440 kV Três Lagoas/MS - Castilho/SP; com validade pelo período de 2 (dois) anos.

As obras da companhia compreenderão eixos: Eixo 1: LT 440 kV Jupiá - Getulina C1 - seccionamento Marechal Rondon e Eixo 2 - LT 440 kV Juiá - Taquarussu - seccionamento Marechal Rondon, que será implantado nos municípios de Três Lagoas/MS e Castilho/SP.

Tendo apresentado todas as exigências do órgão licenciador, a companhia recebeu em 29 de dezembro de 2014 a Licença Ambiental de Instalação no 1.037/2014, também com validade de 2 (dois) anos.

A Companhia concluiu as obras e iniciou suas operações em 05 de setembro de 2016.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 11.599.380 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 2015, a empresa ainda estava em fase de construção e não possuiu uma RAP determinada pela ANEEL.

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 14.589.543 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 10 de março de 2017.

2.1. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

3.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4. Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

3.5. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.6. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.10. Receita operacional

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

3.11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

3.12. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bancos	15.723.380	152.279
Aplicações financeiras	1.106.339	11.016.809
	<u>16.829.719</u>	<u>11.169.088</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Conta reserva - financiamentos	1.653.870	-
	<u>1.653.870</u>	<u>-</u>

Saldo se refere a conta reserva para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES").

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2016</u>
A vencer	1.621.579
Vencidas até 30 dias	245.651
Vencidas até 60 dias	1.752
Vencidas até 90 dias	10.973
Vencidas há mais de 90 dias	-
	<u>1.879.955</u>
(-) PCLD (i)	-
	<u>1.879.955</u>

(i) Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Considerando a entrada em operação da Companhia no mês de setembro de 2016, não existe PCLD constituída para a mesma.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

8. Ativo financeiro amortizável

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante	12.714.278	10.929.538
Não circulante	120.763.942	82.389.503
	<u>133.478.220</u>	<u>93.319.041</u>

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme nota explicativa 1.1) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento.

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

9. Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

<u>Descrição</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantidor</u>	<u>Encargos</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
SGBH - Debêntures	05/2014	04/2016	N/A	CETIP + spread 0,70% a.a.	-	56.381.067
BNDES	05/2016	06/2030	N/A	TJLP+1,88%/ TJLP+2,88%	51.461.320	-
Debêntures	12/2016	06/2026	N/A	IPCA+8,00%	15.000.000	-
					<u>66.461.320</u>	<u>56.381.067</u>
Circulante					3.954.529	-
Não circulante					<u>62.506.791</u>	<u>56.381.067</u>
					<u>66.461.320</u>	<u>56.381.067</u>

Debêntures SGBH

Em 5 de maio de 2014 foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$255.480,00 cada.

As debêntures terão sua data de vencimento contados a partir da data de emissão e deverão permanecer vigentes até a liberação de recursos provenientes de operações de financiamento de longo prazo dos projetos da Companhia perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), ou qualquer outro evento nos termos deste instrumento, vencendo-se, portanto, aproximadamente, em 29 de abril de 2016 podendo ter seu saldo devedor liquidado antes do vencimento previsto sem qualquer ônus para o emissor.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP acrescida de um spread equivalente a 0,70% a.a.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

O Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente acrescido da Remuneração (conforme definido acima), deverá ser integralmente pago na data de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2014 haviam sido emitidas 78 das 300 debentures já aprovadas pela Administração.

Durante o ano de 2015 foram emitidas mais 119 debentures, perfazendo um total de 197 debentures emitidas e um total desembolsado de R\$50.329.560.

Em 05 de maio de 2016 a Companhia repagou integralmente o valor desembolsado e mais os juros acumulado durante todo o período de vigências no valor total de R\$59.095.805.

BNDES

Em 13 de outubro de 2015, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 62.152.040 destinado a aquisição de máquinas e equipamentos e compra de materiais para a construção de suas linhas de transmissão. Sobre o Subcrédito A incidirão juros de 2,28% ao ano e sobre o Subcrédito B incidirão juros de 1,88% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de agosto de 2016 e a última vencerá em 15 de julho de 2030.

Garantias

- Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Debêntures

Emissão de debêntures no dia 15 de dezembro de 2016 e desembolso em 29 de dezembro do mesmo ano no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo a primeira amortização em 30 de dezembro 2021 com o término em 30 de dezembro de 2026.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,00% a.a.

As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

Essas debêntures não são conversíveis em ações.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2018	3.775.374
2019	3.775.374
2020	3.775.374
2021	3.775.374
2021-2030	47.405.295
	<u>62.506.791</u>

10. Impostos passivos diferidos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos passivos diferidos	18.100.221	10.389.463
	<u>18.100.221</u>	<u>10.389.463</u>

Os saldos são referentes: (i) registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão; (ii) PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção). Será realizada de acordo com o recebimento da receita da referida obras (ativo imobilizado da concessão).

11. Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 01 de outubro de 2015 foram subscritas 42.617.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada integralizadas em moeda nacional pela SGBH.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$48.618.000, dividido em 48.618.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

Em 04 de maio de 2016, foram subscritas 30.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, integralizadas mediante a utilização de Adiantamentos para futuro aumento de capital realizados no decorrer do exercício. O aumento de capital foi realizado através de AGE de 14 de dezembro e 2016.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$78.618.000, dividido em 78.618.000 ações ordinárias e nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

	<u>2016 e 2015</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício	(2.094.912)	(10.686.410)
Reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo para os dividendos	-	-
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	-	-

13. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta	45.261.374	85.571.037
Receita de operação e manutenção	818.219	-
Remuneração dos ativos financeiros	13.999.324	5.050.162
Receita de construção	30.443.831	80.520.875
Deduções da receita operacional	(4.774.135)	(8.616.914)
PIS	(84.187)	-
PIS diferido (nota explicativa 9)	(733.070)	(1.537.072)
COFINS	(387.767)	-
COFINS diferido (nota explicativa 9)	(3.376.568)	(7.079.842)
RGR	(127.555)	-
P&D	(44.579)	-
TFSEE	(20.409)	-
	40.487.239	76.954.123

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

14. Custo da operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(30.895)	-
Materiais	(32.596)	-
Serviços de terceiros	(40.840)	-
Arrendamentos e aluguéis	(5.474)	-
Tributos	(471.008)	-
Custo de construção	(30.443.831)	(80.520.875)
Gastos Diversos	(118.101)	-
	<u>(31.142.745)</u>	<u>(80.520.875)</u>

15. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita financeira	<u>1.254.468</u>	<u>1.304.272</u>
Receita de aplicações financeiras	1.267.931	1.322.800
Outras	(13.463)	(18.528)
Despesa financeira	<u>(6.996.383)</u>	<u>(5.582.891)</u>
Juros sobre debêntures	(2.714.738)	(5.484.705)
Juros BNDES	(2.498.681)	-
Variação monetária passiva	(445.102)	-
IOF, comissões e taxas	(1.227.657)	-
Outras	(110.205)	(98.186)
	<u>(5.741.915)</u>	<u>(4.278.619)</u>

16. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.741.712	(8.969.355)
Alíquota nominal	<u>(568.182)</u>	<u>3.049.581</u>
Adições e exclusões não dedutíveis	302.426	(4.235.421)
Adição de contribuição social a base do IR	(23.925)	-
Incentivos fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	1.892	-
Outros	<u>(3.553.269)</u>	<u>(531.215)</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>(3.836.624)</u>	<u>(1.717.055)</u>
IR e CS corrente	(235.505)	-
IR e CS diferido	(3.601.119)	(1.717.055)
	<u>(3.836.624)</u>	<u>(1.717.055)</u>

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

17. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

17.1. Passivo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedor (i)	6.339	5.557
Outras contas a pagar - partes relacionadas	13.069	18.615
Debêntures	-	56.381.067

17.2. Resultado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa aluguel (i)	(74.079)	(55.394)
Despesa com juros de debêntures	-	(5.484.705)

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se refere a despesas de aluguel junto a SGBH.

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.829.719	11.169.088
Ativo financeiro amortizável	7	133.478.220	93.319.041
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Debêntures - partes relacionadas	9	-	56.381.067
Fornecedores terceiros		4.147.949	44.999
Fornecedores - partes relacionadas	16	6.339	5.557
Financiamentos - Terceiros	9	66.461.320	-

18.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

A Companhia não identifica risco de crédito no momento visto que está em fase pré-operacional.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

19. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.